



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1858932 - SP (2020/0014644-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : ANTONIO DONIZETE DE LIMA
RECORRENTE : ANGELA MARIA SPOSITO MESQUITA
RECORRENTE : ANGELINDA GOLF ANDREAZI JOVERNO
RECORRENTE : AMELIA LUZIA BASSAN RINALDI
RECORRENTE : ANNA BUSO BAESSO
ADVOGADOS : ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA - SP140741
EVERTON JORGE WALTRICK DA SILVA - SP321752
RECORRIDO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - SP398091

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Ação de cobrança.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão de que os vícios construtivos foram expressamente excluídos das apólices discutidas nos autos, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
4. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por ANTONIO DONIZETTE DE LIMA e OUTROS, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 17/10/2019.

Concluso ao gabinete em: 30/01/2020.

Ação: de cobrança, ajuizada pelos recorrentes, em face de SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, em razão da existência de vícios construtivos presentes nos imóveis adquiridos pelos demandantes. Dessa forma, requerem o pagamento de indenização securitária, consubstanciada na importância a ser apurada -

em perícia técnica - como necessária para a recuperação dos imóveis sinistrados e nos valores já despendidos pelos demandantes para a realização de determinados consertos.

Sentença: julgou improcedentes os pedidos.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos recorrentes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO. Ação de indenização de cobertura securitária habitacional. Sentença de improcedência. Inconformismo da autora. Apólice que não possui cobertura para vícios construtivos decorrentes da qualidade dos materiais e da mão de obra empregados na construção do imóvel. Riscos que não são provenientes de causas externas e, portanto, estão expressamente excluídos da cobertura. Indenização indevida. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento. (e-STJ, fl. 570) (grifo nosso)

Recurso especial: alega a violação dos arts. 6º, IV e V, 47 e 51, todos do CDC, bem como a existência de dissídio jurisprudencial. Sustenta a impossibilidade de exclusão de vícios construtivos das apólices constantes nos presentes autos, em razão do caráter abusivo da aludida exclusão.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 6º, IV e V, 47 e 51, todos do CDC, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, portanto, a Súmula 282/STF.

Ressalta-se que eventual alegação de serem de ordem pública os temas insertos nos dispositivos legais mencionados não torna indispensável o devido prequestionamento. Nesse sentir: AgInt no AREsp 1.021.641/MG (3ª Turma, DJe 19/05/2017) e AgInt no AREsp 613.606/PR (4ª Turma, DJe 17/05/2017).

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão de que os vícios construtivos foram expressamente excluídos das apólices discutidas nos autos, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.275.498/SC (3ª Turma, DJe 16/05/2019) e AgInt no AREsp 1.241.949/SP (4ª Turma, DJe 20/02/2020).

A esse propósito, é o teor do acórdão recorrido:

Por conseguinte, a seguradora não é obrigada a indenizar dano resultante de vício intrínseco da coisa segurada, máxime quando tal risco foi expressamente excluído pela apólice (artigo 757 do Código Civil em vigor). (e-STJ, fl. 572) (grifo nosso)

- Da divergência jurisprudencial

Ademais, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (exclusão expressa de responsabilidade por vícios construtivos em apólice de seguro), também, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 821.337/SP, Terceira Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp n. 964.391/SP, Terceira Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 11% sobre o valor da causa (e-STJ, fl. 573) para 15%. Ficam, entretanto, as partes recorrentes suspensas do pagamento, diante da concessão da justiça gratuita no 1º grau de jurisdição, nos termos da legislação processual civil.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora